



Berkley International do Brasil Seguros S.A.

CNPJ nº 07.021.544/0001-89

Relatório da Administração

Senhores acionistas, a Berkley International do Brasil Seguros S.A., é uma Seguradora de capital estrangeiro, tendo obtido aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Brasil em janeiro de 2006, com início efetivo das operações em março do mesmo ano. A Berkley atua nos segmentos de seguro Garantia e Engenharia, ambos com ênfase para os pequenos e médios negócios onde se consolidou como uma das principais seguradoras deste mercado; bem como nos seguros de Transportes, Responsabilidade Civil Geral e Profissional, Entretenimento e Equipamentos, além de recentemente ter ingressado no mercado de acidentes pessoais. A Seguradora apresentou incremento da receita de prêmios emitidos da ordem de 0,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, refletindo o bom desempenho das carteiras administradas pela empresa e o acerto das decisões estratégicas implementadas. Os ativos totais no valor de R\$ 638 milhões são 22,2% superiores quando comparados com a posição em 31 de dezembro de 2017. O total das provisões técnicas atingiu o montante de R\$ 451 milhões, um acréscimo de 27,4% quando comparado aos R\$ 354 milhões de 31 de dezembro de 2017. O resultado do exercício de 2018 apresenta um lucro líquido de R\$ 19,8 milhões contra um lucro de

R\$ 5,5 milhões no mesmo período de 2017. **Recursos Humanos:** A Berkley entende que tem no seu quadro de colaboradores um de seus grandes diferenciais competitivos e por isso valoriza a gestão de pessoas. Visando atender às necessidades do mercado e ao potencial de crescimento das operações, a Berkley investe permanentemente na formação e aperfeiçoamento de seus colaboradores, bem como na adequação de sua estrutura organizacional. Não houve durante o período alteração da estrutura societária na Berkley, e consequentemente, na relação com as empresas controladoras. **Governança Corporativa:** A Berkley busca o constante desenvolvimento de controles internos e melhoria dos processos operacionais. A Seguradora estabeleceu um comitê específico, constituído por executivos da Seguradora para acompanhar estes trabalhos. **Futuro:** A diretoria e os acionistas da Berkley mantêm suas expectativas quanto ao crescimento sustentável de suas operações no Brasil, bem como na continuidade dos investimentos previstos para o futuro. Todas as ações determinadas no plano estratégico estão sendo adotadas visando à melhoria contínua dos resultados nos próximos exercícios. Investimento nos profissionais e em tecnologia da informação; rígida política de subscrição; resultado com ganho de escala; controle

das despesas administrativas; melhoria constante da eficiência operacional, com foco na qualidade dos serviços oferecidos aos corretores e clientes, continuando sendo os pilares que sustentarão o futuro de nossa operação. **Distribuição de Lucros:** Os acionistas têm direito a receber como dividendo o mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. **Agradecimentos:** Aproveitamos para reiterar nossos agradecimentos aos senhores corretores, que constituem o único e exclusivo canal de distribuição de nossos produtos, ratificando, portanto, nossa intenção de estreitar e aperfeiçoar ainda mais o nosso relacionamento. Agradecemos, ainda, a SUSEP, a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização e todos os Sindicatos do mercado Segurador pela orientação e atenção que nos prestaram, aos nossos parceiros resseguradores, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação durante o exercício.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019
A Administração

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		535.938	437.080
Disponível	5	2.708	2.913
Caixa e bancos		2.708	2.913
Aplicações	6	241.922	208.019
Créditos das operações com seguros e resseguros	118.390	109.275	
Prêmios a receber	7	77.665	77.022
Operações com seguradoras		7.934	6.156
Operações com resseguradoras	11	32.791	26.097
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	14	124.611	74.423
Danos		124.580	74.410
Pessoas		31	13
Títulos e créditos a receber	8	3.815	4.024
Títulos e créditos a receber		1.385	2.129
Créditos tributários e previdenciários		858	1.076
Outros créditos		1.572	819
Outros valores e bens	14	55	—
Despesas antecipadas	14	250	767
Custo de aquisição diferidos	14	44.187	37.659
Ativo não circulante	6	101.797	84.586
Aplicações	6	6.144	—
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	443	1.743
Prêmios a receber		443	1.743
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	14	39.464	35.219
Títulos e créditos a receber	12	18.122	12.138
Títulos e créditos a receber		2.330	2.330
Depósitos judiciais		15.792	9.808
Custo de aquisição diferidos	14	22.826	20.955
Imobilizado	12	5.107	5.424
Bens móveis		2.371	2.336
Outras imobilizações		2.736	3.088
Intangível	12	9.691	9.107
Outros intangíveis		9.691	9.107
Total do ativo		637.735	521.666

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		414.276	325.364
Contas a pagar		16.235	6.877
Obrigações a pagar	9	7.730	3.040
Impostos e encargos sociais a recolher		3.410	824
Encargos trabalhistas		2.904	2.274
Impostos e contribuições	10	2.191	739
Débitos das operações com seguros e resseguros	11	65.644	70.122
Prêmios a restituir		747	457
Operações com seguradoras		7.440	11.697
Operações com resseguradoras	11	40.778	38.585
Corretores de seguros e resseguros	13	16.678	19.383
Outros débitos operacionais		1	—
Depósito de terceiros	15	2.673	4.722
Depósito de terceiros		2.673	4.722
Provisões técnicas - seguros	14	329.724	243.643
Danos		329.126	243.262
Pessoas		598	381
Passivo não circulante		126.304	114.232
Contas a pagar		3.801	2.946
Tributos diferidos		3.801	2.946
Débitos das operações com seguros e resseguros	11	1.267	1.267
Operações com resseguradoras		1.267	1.267
Provisões técnicas - seguros	14	121.220	110.019
Danos		121.060	109.522
Pessoas		160	497
Outros débitos		16	—
Provisões judiciais - cíveis		16	—
Patrimônio líquido	18	97.155	82.070
Capital social		49.523	49.523
Reservas de lucros		47.632	32.547
Total do passivo e patrimônio líquido		637.735	521.666

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos		286.243	284.253
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(36.849)	(59.424)
(=) Prêmios ganhos	21b	249.394	224.829
(-) Sinistros ocorridos	21c	(136.115)	(120.504)
(-) Custos de aquisição	21d	(68.125)	(58.378)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	21e	(1.132)	(3.168)
(+) Resultado com resseguro	21f	28.966	(819)
(+) Receita com resseguro		70.413	42.798
(-) Despesa com resseguro		(41.447)	(43.617)
(-) Despesas administrativas	21g	(43.649)	(42.070)
(-) Despesas com tributos	21h	(10.121)	(7.048)
(-) Resultado financeiro	21i	20.681	20.282
(=) Resultado operacional		39.899	13.124
(+) Ganhos e perdas com ativos não correntes		—	1
(=) Resultado antes dos impostos e participações		39.899	13.125
(-) Imposto de renda	23	(10.199)	(3.798)
(-) Contribuição social	23	(8.178)	(2.834)
(-) Participações sobre o lucro	24a	(1.740)	(1.013)
(=) Lucro líquido do exercício		19.782	5.480
(/) Quantidade de ações		57.169.664	57.169.664
(=) Lucro líquido por ação		0,35	0,10

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

	2018	2017
Lucro Líquido do exercício	19.782	5.480
Resultados abrangentes	19.782	5.480
Total dos resultados abrangentes	19.782	5.480

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Aumento de Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Capital Reserva em aprovação	Reserva legal	Reserva Estatutária		
Saldo em 1 de janeiro de 2017	29.523	—	2.663	41.135	—	73.321
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	5.480	5.480
Proposta de distribuição do resultado:						
Constituição de reserva legal	—	—	274	3.904	(4.178)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(1.302)	(1.302)
Retenção de dividendos conforme AGE de 28 de março de 2017	—	—	—	4.571	—	4.571
Aumento de capital em aprovação conforme AGE de 28 de março de 2017	—	20.000	—	(20.000)	—	—
Aprovação do aumento do capital social - Portaria SUSEP/DIORG - nº 611 de outubro de 2017	20.000	(20.000)	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.523	—	2.937	29.610	—	82.070
Saldo em 1 de janeiro de 2018	49.523	—	2.937	29.610	—	82.070
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	19.782	19.782
Proposta de distribuição do resultado:						
Constituição de reserva legal	—	—	990	14.095	(15.085)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(4.697)	(4.697)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	49.523	—	3.927	43.705	—	97.155

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Berkley International do Brasil Seguros S.A. (doravante "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de dezembro de 2005 conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição, e em 25 de janeiro de 2006 por meio da Portaria SUSEP 2365 obteve autorização para início de suas operações. A Seguradora está domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455 - 15º andar - sala 151, em São Paulo, Estado de São Paulo - e é subsidiária da Berkley International Brasil Participações Ltda., sendo o controlador final a W.R. Berkley Corporation. A Seguradora opera em seguros de danos e pessoas em todo território nacional, especificamente nos ramos de garantia, engenharia, transportes, responsabilidade civil: E&O (RC Profissional), D&O (Directors and Officers) e responsabilidade civil geral (RCG). Estas Demonstrações Financeiras da Berkley International do Brasil Seguros S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2019.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras: a) **Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em consonância com a Circular nº 517/15 e alterações, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As Demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo "CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. b) **Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nesse princípio. c) **Base para mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros, mensurados a valor justo por meio do resultado; e • Provisões técnicas e ativos de resseguros, mensurados de acordo com as determinações da SUSEP. d) **Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera, exceto quando indicado de outra forma. As informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. e) **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste

material dentro do próximo período contábil; • Notas 3.h - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.c. e 6 - Aplicações (Instrumentos Financeiros); • Notas 3.i e 13 - Provisões técnicas; e • Notas 3.i e 16 - Provisões judiciais.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. a) **Disponível (Caixa e bancos):** São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizadas pela seguradora para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. b) **Reconhecimento de receita:** Os prêmios de seguros e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando o transcorrer da vigência do risco. • Os saldos relativos aos riscos vigentes, mas não emitidos são calculados com base em metodologia atuarial. • As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. • As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros. c) **Instrumentos financeiros:** 1. **Ativos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i) **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. ii) **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Na data das Demonstrações Financeiras, a Seguradora não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria. iii) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado é transferido para o resultado. Os juros são reconhecidos no resultado. iv) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Títulos e créditos a receber". v) **Determinação do valor justo:** Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Os fundos de investimento são valorizados com base no valor

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	19.782	5.480
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	5.146	3.913
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.132	3.231
Custo de aquisição diferidos	(7.318)	(8.667)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	176.569	82.171
Ativos de resseguro	(17.548)	(21.600)
Tributos diferidos	855	954
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(40.046)	(44.768)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(8.955)	(53.041)
Ativos de resseguro	(36.884)	7.880
Créditos fiscais e previdenciários	218	(1.076)
Depósitos judiciais e fiscais	(5.985)	1.121
Despesas antecipadas	517	(351)
Custos de Aquisição Diferidos	(1.080)	(5.664)
Outros ativos	(65)	(883)
Impostos e contribuições	17.553	(8)
Outras contas a pagar	3.245	98
Débitos de operações com seguros e resseguros	(4.477)	35.275
Depósitos de terceiros	(2.049)	2.857
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	(79.286)	(1.256)
Provisões judiciais - cível	16	—
Imposto de renda sobre o lucro pago	(8.929)	(2.321)
Contribuição social sobre o lucro pago	(7.161)	(1.874)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.250	1.471
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda: Imobilizado	—	2
Pagamento pela compra: Imobilizado	(1.063)	—
Pagamento pela compra: Intangível	(4.392)	(6.991)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(5.455)	(6.989)
Atividades de financiamento		
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(205)	(5.518)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.913	8.431
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.708	2.913

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme apurado e informado pelos gestores dos respectivos fundos. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas no SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. vi) **Redução do valor recuperável dos ativos financeiros:** A Seguradora avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de

☆ continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	Depreciação ao ano %
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Equipamentos	5 anos	20%
Outros	5 anos	20%

e) **Ativo intangível:** Composto por gastos de desenvolvimento interno de sistema, incluindo os custos de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis e existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desse sistema. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. f) **Imparidade de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. g) **Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas a custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Os custos diretos e indiretos incorridos, decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro, são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. h) **Classificação dos contratos de seguros:** Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurador no caso de um acontecimento futuro incerto específico. Os contratos de resseguro também são classificados como "Contrato de seguros", pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros e registrados contabilmente conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado conforme decorre a vigência do risco. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata-dia" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. i) **Provisões técnicas - Seguros e Resseguros:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular Susep nº 517/15, da Resolução CNSP nº 321/15, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: • A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG), representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data-base de constituição, pelo método "pro rata dia", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso ou a data de início de vigência, o que ocorrer primeiro. • A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia atuarial, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na Seguradora. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa das obrigações a pagar, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, brutas das operações de resseguro, incluindo as operações de cosseguro aceito e líquida das operações de cosseguro cedido e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) abrange os valores relativos a indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado. • Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, o departamento jurídico e assessores jurídicos da Seguradora seguem os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP 517/15. Neste sentido, emitem um parecer contendo a probabilidade de perda, sendo que as avaliações são feitas com base na importância segurada, posição jurisprudencial em casos análogos e qualidade dos documentos produzidos pela Seguradora. • A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas a sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alocaíveis ou não alocaíveis, relacionadas à liquidação de indenização ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. • A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das Demonstrações Financeiras. Esta provisão é calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico em relação aos sinistros ocorridos e não avisados, conforme definido em Nota Técnica Atuarial. • A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente provisionados (IBNeR), é constituída por meio de estimativa atuarial, para cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, conforme definido em Nota Técnica Atuarial. j) **Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de seguros, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos (TAP), para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O TAP considera premissas atuais e a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros. Caso seja identificada deficiência no teste, a Seguradora registra a perda imediatamente como despesa no resultado do período, constituindo a provisão PCC no caso de insuficiência na PPNG, ou ajustando as provisões de passivos de seguros já registrados na data do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros brutos de resseguro, trazidos a valor presente, com base na taxa livre de risco, conforme determinações constantes na Circular SUSEP 517/15, que também incluem as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros utilizando-se premissas atuais para o teste. O teste de adequação dos passivos, realizado em 31 de dezembro de 2018, não indicou a necessidade de registro da provisão complementar de cobertura (PCC). As principais premissas utilizadas foram: • Taxa de Juros: Taxa de juros livre de risco pré-fixada (ETTJ).

• Sinistralidade

Grupo de ramo	31/12/2018	31/12/2017
Patrimonial	57,76%	89,62%
Responsabilidades	32,82%	25,15%
Transportes	62,78%	60,04%
Riscos financeiros	34,48%	62,04%
Pessoas	0,67%	18,51%
Rural	46,58%	93,11%

k) **Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contratos de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações mantidas com resseguradores são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado, de acordo com as definições da Circular SUSEP 517/15 e alterações posteriores. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. l) **Provisões e passivos contingentes:** Provisões são reconhecidas quando a Seguradora tem uma obrigação presente (legal ou

não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A Seguradora é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões, segundo o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. m) **Benefícios aos empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. A Seguradora não oferece benefícios pós-emprego. n) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas

	31/12/2018				31/12/2017			
	Bruto de Resseguro	%	Líquido de Resseguro	%	Bruto de Resseguro	%	Líquido de Resseguro	%
Centro-Oeste	27.876	9,7%	22.589	9,6%	35.097	12,3%	29.831	13,2%
Nordeste	24.798	8,7%	19.476	8,3%	27.541	9,7%	22.004	9,7%
Sudeste	174.529	61,0%	147.407	62,3%	168.910	59,4%	130.225	57,6%
Sul	59.040	20,6%	46.866	19,9%	52.705	18,5%	43.907	19,4%
	286.243	100,0%	235.978	100,0%	284.253	100,0%	225.967	100,0%

A tabela abaixo apresenta a concentração de provisões técnicas de seguros por agrupamento de ramos:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Passivo bruto de resseguro	Ativo de Resseguro	Provisão técnica líquida resseguro	Passivo bruto de resseguro	Ativo de Resseguro	Provisão técnica líquida resseguro
Patrimonial	48.970	16.752	32.218	46.514	17.801	28.713
Responsabilidades	98.767	21.126	77.641	78.608	13.181	65.427
Transportes	39.519	8.621	30.898	17.192	3.747	13.445
Riscos financeiros	262.527	117.489	145.038	210.102	74.858	135.244
Pessoas	758	31	727	879	13	866
Rural	403	56	347	367	42	325
Total	450.944	164.075	286.869	353.662	109.642	244.020

Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros, bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise de sensibilidade as provisões técnicas de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR. Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido apresentados nesta demonstração financeira: (a) Provisões Técnicas: recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo: • IBNR: possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros de 10%. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um aumento no intervalo de dias

entre a ocorrência e o aviso. • IBNR e IBNeR: agravo de 5% no valor do sinistro retido utilizado no cálculo. • PCC: aumento de 5% no percentual de sinistralidade utilizada no cálculo do Teste de Adequação dos Passivos. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% no percentual de sinistralidade a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG, é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras. • PCC: agravo de 5% no valor das despesas administrativas utilizado no cálculo do Teste de Adequação dos Passivos. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% nas despesas administrativas a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG, é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras. (b) Sinistralidade: total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% no valor do sinistro retido da carteira. (c) Despesas Administrativas: uma elevação de 5% no valor das despesas administrativas da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade	Líquido de Resseguro		Bruto de Resseguro	
		Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado 31/12/2018	Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado 31/12/2017	Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado 31/12/2018	Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado 31/12/2017
a. Provisões Técnicas	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(815)	(1.411)	(1.171)	(2.002)
IBNR	Aumento do tempo de aviso dos sinistros	(96)	(555)	(133)	(768)
IBNR e IBNeR	Agravo de 5% no sinistro retido	(719)	(856)	(1.038)	(1.234)
PCC	Aumento de 5% no % de sinistralidade	-	-	-	-
	Elevação nas despesas administrativas em 5%	-	-	-	-
b. Sinistros Retidos	Aumento de 5% no % de sinistralidade	(3.035)	(2.609)	(6.251)	(5.115)
c. Despesas Administrativas	Elevação nas despesas administrativas em 5%	(2.019)	(2.104)	(2.019)	(2.104)

Abaixo algumas políticas para mitigação do risco de seguro: **Política de subscrição:** Os elementos-chave da política de subscrição são: (i) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos sejam utilizados de maneira consistente e apropriada; (ii) acompanhamento permanente da qualidade dos negócios; e (iii) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, sinistros e outras experiências estatísticas para que se possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa. Os processos de subscrição de riscos estão divididos da seguinte forma: - Seguros de Garantia e Fiança Locatícia; - Seguros de Transportes; - Seguros de Engenharia, Riscos Diversos e Eventos; e - Seguros de Responsabilidades. - Seguros de Pessoas: Para o gerenciamento do risco de subscrição a Seguradora desenvolveu mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas e normas internas, tendo como objetivo final desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. Essa estratégia é validada anualmente no planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá atuar. Toda a estratégia de subscrição é fundamentada na regulamentação vigente, apoiada nas diretrizes e normas técnicas e focada na obtenção de resultados satisfatórios. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas técnicas e atuariais. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. **Política de resseguro:** Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos pela Seguradora foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. As diretrizes de resseguro contêm os riscos a ressegurar (limites de retenção e aceitação por ramo), critério de escolha dos resseguradores e parâmetros de distribuição de resseguros. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites técnicos fixados com a SUSEP, em conformidade com a legislação vigente. **Principais Premissas nos Passivos:** A principal premissa relativa às estimativas de passivos é a de que a evolução de sinistros futuros da Seguradora seguirá um padrão

semelhante ao de sinistros passados. Isso inclui premissas relativas ao custo médio dos sinistros, custo de tratamento de sinistros, fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada período. Julgamentos qualitativos adicionais são utilizados para avaliar a extensão em que tendências passadas possam não mais se aplicar no futuro, por exemplo ocorrência única, mudanças nos fatores de mercado como comportamento do público em relação a pedido de pagamento de seguros, condições econômicas, bem como fatores internos como composição de carteira, condições de apólice e procedimentos de tratamento de sinistros. Julgamento é também utilizado para avaliar a extensão em que fatores externos, como decisões judiciais e legislação governamental, afetam as estimativas. Com essas análises, são definidas, sempre que necessárias mudanças na metodologia de cálculo das provisões e a revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. Essas medidas contribuem para manter as provisões técnicas em níveis adequados. b) **Risco de crédito:** A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Seguradora dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de crédito: • Política de risco de crédito da Seguradora, sendo que a conformidade com a política é monitorada e exposições e transgressões são apresentadas para o comitê de risco da Seguradora. A pertinência e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. • Os limites líquidos de exposição são estabelecidos para cada contraparte ou grupos de contrapartes, segmentos por área geográfica ou setor (ou seja, são estabelecidos limites para investimentos, depósitos à vista, exposições cambiais e classificação mínima de risco de crédito para investimentos que podem ser mantidos). • O resseguro é realizado com contrapartes que possuem boas classificações de crédito e a concentração de risco é evitada mediante a observância das orientações previstas na política relacionada aos limites das contrapartes, estabelecidos anualmente pela diretoria e revisados com frequência. A cada data-base, a Administração da Seguradora realiza uma avaliação de crédito das resseguradoras e atualiza a estratégia de contratação de resseguro, ao mesmo tempo apurando uma provisão adequada para redução no valor recuperável. • O risco de crédito atribuído a saldos de clientes, incorridos a partir da falta de pagamento são individualizados para os contratos firmados pela seguradora. Dessa forma, cada parcela dos prêmios a receber é relacionada a um período do risco a decorrer. Caso não ocorra o pagamento de uma determinada parcela, o contrato de seguro poderá ser cancelado, com o consequente cancelamento do período de risco a decorrer, sem prejuízos para a Seguradora (vide nota 7). O quadro abaixo apresenta o total de ativos financeiros de acordo com a classificação de risco de crédito.

continua ☆

continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Berkley International do Brasil Seguros S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018											
	AAA	AA	A++	A+	AA-	Aa3	A	A-	BBB	BB-	Sem rating	Total
Caixa e bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.708	2.708
Aplicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	248.066	248.066
Prêmios a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78.108	78.108
Operações com seguradoras	149.624	240	2.004	4.308	-	-	-	-	609	-	-	7.934
Operações com resseguradoras	-208	-18.415	-	-	-	6.930	7.238	-	-	-	-	32.791
Total	149.832	240.219	4.308	-	-	6.930	7.238	609	250.774	78.108	-	369.607

	31/12/2017											
	AAA	AA	A++	A+	AA-	Aa3	A	A-	BBB	BB-	Sem rating	Total
Caixa e bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.913	2.913
Aplicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	208.019	208.019
Prêmios a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78.765	78.765
Operações com seguradoras	-	-	-	4.284	-	-	1.872	-	-	-	-	6.156
Operações com resseguradoras	-	-	-	13.527	-	3.584	530	4.131	-	-	4.325	26.097
Total	-	-	-	17.811	-	3.584	2.402	4.131	-	210.932	83.090	321.950

c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos ativos e passivos financeiros. Com relação a eventos catastróficos, há também um risco de liquidez associado às diferenças de época entre os valores brutos de saídas de caixa e a expectativa de recuperação de valores de resseguro. A Seguradora dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição a risco de liquidez: • A política de risco de liquidez que estabelece a avaliação e a determinação do que constitui risco de liquidez para a Seguradora. A conformidade com a política é monitorada e exposições e transgressões são apresentadas para o comitê de risco da Seguradora. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. • Estabelecimento de orientações sobre apropriações de ativos, estrutura de alçadas na carteira e perfis de vencimento dos ativos, de modo a assegurar a disponibilidade dos recursos suficientes para atender as obrigações previstas nos contratos de seguro e investimento. • Definição de planos para financiar contingências que especificam as proporções mínimas de recursos para atender a situações emergenciais, além de identificar de forma específica os eventos que podem recorrer a tais planos. • A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. • Os contratos de resseguro da Seguradora possuem cláusulas de adiamento de despesas para o pagamento de sinistros vultosos. Abaixo demonstramos os ativos e passivos financeiros da Seguradora, por data de vencimento:

Valor justo por meio do resultado	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor contábil	Vencidos ou a vencer em menos de 1 ano	Vencidos ou a vencer em mais de 1 ano	Valor contábil	Vencidos ou a vencer em menos de 1 ano	Vencidos ou a vencer em mais de 1 ano
Ativos						
Caixa e bancos	2.708	2.708	-	2.913	2.913	-
Quotas de fundos de investimento	13.038	13.038	-	4.147	4.147	-
Títulos públicos prefixados	235.028	55.764	179.264	203.872	42.165	161.707
Prêmios a receber	78.108	77.665	443	78.765	77.022	1.743
Operações com seguradoras	7.934	7.934	-	6.156	6.156	-
Operações com resseguradoras	32.791	32.791	-	26.097	26.097	-
Ativos de resseguro	164.075	124.611	39.464	109.642	74.423	35.219
Despesa antecipada	250	250	-	767	767	-
Títulos e créditos a receber	6.145	3.815	2.330	16.162	4.024	12.138
Custo de aquisição diferidos	67.013	44.187	22.826	58.614	37.659	20.955
Total de ativos	607.090	362.763	244.327	507.135	275.373	231.762
Passivos						
Contas a pagar	16.235	16.235	-	8.520	5.574	2.946
Débitos com operações de seguros	66.911	65.644	1.267	71.389	70.122	1.267
Depósitos de terceiros	2.673	2.673	-	4.722	4.722	-
Provisões técnicas seguros	450.944	238.560	212.384	353.662	243.643	110.019
Total de passivos	536.763	323.112	213.651	438.293	324.061	114.232

O fluxo normal das operações da Seguradora gera o caixa necessário para a liquidação de todos os compromissos assumidos, sobretudo considerando a classificação da carteira de ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado, que pode ser resgatável a qualquer tempo para quitação das dívidas existentes. d) **Risco de mercado:** O risco de mercado compreende três modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço). O atual cenário econômico de pressão sobre as taxas de inflação, não produzem riscos significativos para a Seguradora, em virtude das aplicações financeiras serem indexadas a essa taxa. Com relação a desvalorização do real frente ao dólar americano, também não aumentam o risco de mercado, em função da representatividade de seguros indexados a essa moeda (vide risco por moeda). A política da Seguradora para risco de mercado estabelece a avaliação e a definição do que constitui o risco de mercado para a Seguradora. O cumprimento da política é constantemente monitorado e avaliado e eventuais exposições e violações comunicadas ao comitê de risco da Seguradora. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. A política para risco de mercado visa: • Definir a apropriação de ativos e a estrutura de alçadas na carteira, visando assegurar que os ativos lastreiem passivos específicos de segurados, e que se mantenham ativos para repasse de ganhos e resultados aos titulares de apólices, de forma condizente com suas expectativas. • A Seguradora adota como política de investimentos, a concentração de seus investimentos em títulos federais, ou em fundos de renda fixa compostos principalmente por títulos públicos federais. Desta forma, a única exposição ao risco nos investimentos é o risco sistêmico do país. *Risco por moeda:* Abaixo demonstramos a distribuição do prêmio por moeda de face do contrato para os exercícios de 2018 e 2017:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Prêmios emitidos	%	Prêmios emitidos	%
Real	275.261	96,2%	275.167	96,8%
Dólar	10.982	3,8%	9.086	3,2%
Total	286.243	100,0%	284.253	100,0%

O quadro a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de exposição cambial da Companhia, na data-base do levantamento das demonstrações financeiras:

Descrição	Exposição de Ativos e Passivos em moeda estrangeira	
	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios a receber	1.106	1.474
Operações com resseguradoras	270	549
Ativo de resseguro	208	683
Exposição ativa	1.584	2.706
Provisões técnicas	531	2.878
Contas a pagar	-	650
Operações com resseguradoras	153	693
Exposição passiva	684	4.221

Sensibilidade à variação cambial
A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Variação das premissas	Impacto sobre o patrimônio líquido e resultado	
	31/12/2018	31/12/2017
Aumento de 10% no preço do Dólar	45	(90)
Redução de 10% no preço do Dólar	(51)	73

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Seguradora a risco de juros a valor justo. A política adotada pela Seguradora para o risco de taxa de juros determina que a Seguradora administre tal risco mantendo uma combinação adequada entre instrumentos a juros fixos e a juros variáveis. *Sensibilidade à taxa de juros:* A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação em 1% na taxa básica de juros, e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais prefixados, por meio das metodologias de cálculo das PU's de cada tipo de ativos. A partir desta simulação de preços ajustados para a nova taxa de juros, pudemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da Seguradora e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e resultado.

Classe de ativo	Variação das premissas	Impacto sobre o patrimônio líquido e resultado	
		31/12/2018	31/12/2017
Ativos prefixados - Públicos	Aumento de 1% na taxa SELIC	(1.443)	(1.075)
Ativos prefixados - Públicos	Redução de 1% na taxa SELIC	1.493	1.114

Sensibilidade à taxa de inflação
A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de inflação, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação em 1% no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais pós-fixados, por meio das metodologias de cálculo das PU's de cada tipo de ativos. A partir desta simulação de preços ajustados, pudemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da Seguradora e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e resultado.

Classe de ativo	Variação das premissas	Impacto sobre o patrimônio líquido e resultado	
		31/12/2018	31/12/2017
Ativos pós-fixados - Públicos	Aumento de 1% no IPCA	633	624
Ativos pós-fixados - Públicos	Redução de 1% no IPCA	(623)	(618)

e) **Risco Operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de riscos operacionais na Seguradora é realizada por toda a diretoria por meio da avaliação e melhorias dos procedimentos operacionais que estão disponíveis na intranet. Os procedimentos operacionais têm rotinas padronizadas e registradas em manuais que são periodicamente atualizados e comunicados aos colaboradores. f) **Risco de Capital:** A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo de atender aos requerimentos de capital mínimo, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP, e para manter o retorno sobre o capital para os acionistas.

A estratégia de gestão de risco de capital é projetada anualmente e discutida com a Matriz em comum acordo com a definição de crescimento e geração de resultados. Durante o período corrente e anteriores, a Seguradora manteve níveis de capital dentro dos requerimentos mínimos regulatórios, conforme Nota Explicativa nº 18.

	31/12/2018	31/12/2017
5. Disponível:		
Caixa	2	2
Bancos	2.706	2.911
Total	2.708	2.913

6. Aplicações financeiras: Carteira de aplicações por vencimentos:

Valor justo por meio do resultado	31/12/2018						Taxa de juros % por papel	
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 365 dias	Acima de 365 dias	Custo mais rendimentos	Ajuste ao valor de mercado		Valor contábil/mercado
Títulos de renda fixa:								
Letras do Tesouro Nacional	-	-	27.998	-	54.766	1.023	55.789	22%
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	20.550	95.785	116.335	4.401	120.736	49%
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	-	55.480	55.480	3.023	58.503	24%
Quotas de Fundos de Investimento	13.038	-	-	-	13.038	-	13.038	5%
Total	13.038	26.768	20.550	179.263	239.619	8.447	248.066	100%

Valor justo por meio do resultado	31/12/2017						Taxa de juros % por papel	
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 365 dias	Acima de 365 dias	Custo mais rendimentos	Ajuste ao valor de mercado		Valor contábil/mercado
Títulos de renda fixa:								
Letras do Tesouro Nacional	-	-	14.563	40.208	53.310	1.461	54.771	26%
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	27.602	91.393	114.851	4.144	118.995	57%
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	-	30.106	29.165	941	30.106	15%
Quotas de Fundos de Investimento	4.147	-	-	-	4.147	-	4.147	2%
Total	4.147	-	42.165	161.707	201.473	6.546	208.019	100%

Os títulos da Seguradora são atrelados às reservas soberanas do país, as quais possuem classificação de risco BB- (Standard & Poor's), exceto as Quotas de Fundos de Investimentos. O saldo de Quotas de Fundos de Investimentos em 31 de dezembro de 2018 é composto por R\$ 6.894 classificado como Aplicações no Ativo circulante, mais o saldo de R\$ 6.144 no Ativo não circulante devido tratar-se de um bloqueio judicial. *Hierarquia dos ativos financeiros:* • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias e entre níveis hierárquicos das aplicações financeiras no período de 2018 e 2017. *Movimentação dos títulos e valores mobiliários:*

Valor justo por meio do resultado	Saldo em 31/12/2017			Saldo em 31/12/2018		
	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ atualizações	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ atualizações
Títulos de renda fixa:						
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1	54.771	18.193 (23.110)	5.934	55.789	
Notas do Tesouro Nacional - B	Nível 1	118.995	26.489 (34.509)	9.761	120.736	
Notas do Tesouro Nacional - F	Nível 1	30.106	24.830 (1.374)	4.941	58.503	
Quotas de Fundos de Investimento	Nível 2	4.147	90.938 (82.413)	365	13.038	
Total		208.019	160.450 (141.406)	21.003	248.066	

Valor justo por meio do resultado	Saldo em 31/12/2016			Saldo em 31/12/2017		
	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ atualizações	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ atualizações
Títulos de renda fixa:						
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1	49.593	- (1.766)	6.944	54.771	
Notas do Tesouro Nacional - B	Nível 1	107.695	16.698 (16.865)	11.467	118.995	
Notas do Tesouro Nacional - F	Nível 1	3.221	25.259 (553)	2.179	30.106	
Quotas de Fundos de Investimento	Nível 2	2.743	67.914 (66.710)	200	4.147	
Total		163.252	109.871 (85.894)	20.790	208.019	

Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não haviam contratos envolvendo operações de instrumentos financeiros derivativos.

7. Prêmios a receber: *Movimentação de prêmios a receber:*

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo exercício anterior	78.765	56.108
Prêmios emitidos	385.622	352.272
Prêmios cancelados	(74.367)	(54.010)
IOF	11.148	10.472
Adicional de fracionamento	818	1.025
Riscos vigentes e não emitidos	(1.284)	13.614
Recebimentos	(328.966)	(285.860)
Constituição da provisão para redução ao valor recuperável	6.372	(14.856)
Saldo exercício atual	78.108	78.765

Prêmio a receber por ramo e por vencimento:

Ramos	31/12/2018						Total
	Média de parcelamento (mês)	1 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Patrimonial	3	6.406	1.220	383	137	-	8.146
Responsabilidades	4	11.570	3.167	748	638	65	16.188
Transportes	1	7.649	2.044	1.107	2.480	-	13.280
Riscos financeiros	2	27.426	4.430	1.265	471	341	33.933
Pessoas coletivo	1	393	81	81	235	36	826
Rural	4	77	27	6	-	-	110
Total a vencer		53.521	10.969	3.590	3.961	442	72.483
Total vencidos		6.319	1.806	1.165	2.079	4.914	16.283
PDD		(2.960)	(965)	(734)	(1.584)	(4.415)	(10.658)
Total		56.880	11.				

☆ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017** (Valores expressos em milhares de reais)

17. Contingências relacionadas a sinistros e não relacionadas: **Relacionadas a sinistros:** A Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial, os quais estão registrados na rubrica "Provisões de sinistros a liquidar - Judicial". A administração efetua análise dos riscos envolvidos e análise das perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

	31/12/2018				31/12/2017			
	Quantidade	Valor Bruto	resseguro	Líquido de resseguro	Quantidade	Valor Bruto	resseguro	Líquido de resseguro
Provável	57	25.050	43.245	6.635	50	6.099	4.116	3.182
Possível	259	178.783	34.974	7.098	188	169.390	36.517	19.952
Remota	195	138.496	11.575	1.296	113	100.237	2.991	1.434
Total	511	342.329	89.794	15.029	351	275.726	43.724	24.568

Movimentação das contingências relacionadas a sinistros:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo anterior	43.487	27.255
Aviso/Ajuste de estimativa de sinistros	48.577	23.206
Atualização monetária e juros	6.607	2.513
Pagamentos	(5.584)	(8.333)
Cancelamentos	(3.293)	(1.154)
Saldo atual	89.794	43.487

Os processos demonstrados com a classificação de probabilidade remota referem-se, principalmente, a processos com demanda suspensa, inclusive com a análise de peritos que justificam e ratificam a possibilidade de encerramento sem indenização. A Seguradora detém dezessete depósitos judiciais, sendo vinculados a sinistros em decisão judicial no montante de R\$ 15.792 (R\$ 9.808 em 2017). **Não relacionadas a sinistros:** **Contingências trabalhistas e cíveis:** A Seguradora possui doze ações trabalhistas e cíveis com valor reclamado no montante de R\$ 1.555 (R\$ 171 em 2017 - sete ações), sendo cinco ações com probabilidade de perda provável, seis ações com probabilidade de perda remota e uma ação com probabilidade de perda provável com provisão de R\$ 16 (em 2017 não havia provisão). **Outras provisões:** A Seguradora possui vinte e quatro processos no âmbito administrativo, sendo quatro processos com probabilidade de perda remota, vinte processos com probabilidade de perda provável, todos sem provisão, (em 2017, havia vinte e um processos, sendo quatro processos com probabilidade de perda remota, dezessete processos com probabilidade de perda provável, todos sem provisão). A Seguradora não reconhece contabilmente os valores envolvidos em processos administrativos classificados com probabilidade de perda provável e remota. **Ações fiscais:** Em 2015, a Seguradora iniciou discussão judicial, objeto de mandado de segurança sobre os tributos PIS e COFINS, sendo as principais naturezas descritas a seguir: • Restituição dos tributos sobre receitas financeiras vinculadas a ativos garantidores de reserva técnica; • Restituição dos tributos sobre prêmios de resseguro; e • Exclusão das receitas financeiras na base de cálculo a partir de janeiro de 2015. Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos nestas ações de PIS e COFINS em virtude da Seguradora ser o polo ativo. As obrigações relacionadas ao processo estão sendo cumpridas.

18. Patrimônio líquido: **Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 49.523 e representado por 57.169.664 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Reserva legal e estatutária:** A reserva legal é constituída ao final do exercício social por valor correspondente a 5% do lucro líquido na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. As reservas de lucros são calculadas conforme disposto na Lei 11.638/07. **Dividendos:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social da Seguradora.

19. Patrimônio líquido ajustado e Capital Mínimo Requerido (CMR): O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações pela Resolução CNSP nº 343/16, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo: A Resolução CNSP nº 321/15 determina que as sociedades seguradoras apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%.

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	97.155	82.070

Ajustes contábeis:		
(-) Despesas antecipadas	(250)	(767)
(-) Intangível	(9.691)	(9.107)
Total dos ajustes contábeis	(9.941)	(9.874)

Ajustes econômicos:		
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	2.942	2.165
Total dos ajustes econômicos	2.942	2.165

Patrimônio líquido ajustado		
Capital mínimo requerido (a)	90.156	74.361

Capital - base	15.000	15.000
Capital adicional de risco (b)	51.828	46.207
Capital adicional de subscrição	42.462	39.014
Capital adicional - Risco de crédito	8.103	6.334
Capital adicional - Risco operacional	1.846	1.506
Capital de risco de mercado (*)	8.460	6.477
Benefício da diversificação	(9.043)	(7.124)
Patrimônio líquido ajustado	90.156	74.361

(-) Exigência de capital - EC (maior entre a e b)	51.828	46.207
Suficiência de capital	38.328	28.154
Suficiência de capital - %	74%	61%

20. Cobertura das provisões técnicas:	31/12/2018	31/12/2017
Títulos de renda fixa - Públicos	235.028	203.872
Total dos ativos garantidores	235.028	203.872
Provisões técnicas - Seguros	450.994	353.662
(-) Provisões técnicas - resseguro	(139.252)	(88.027)
(-) Direitos creditórios	(53.627)	(42.271)
(-) Depósitos judiciais	(608)	(620)
(-) DCD - Redutores da PPNG	(40.808)	(30.871)
Provisões técnicas para garantia	216.699	191.873
Ativos Livres	18.329	11.999
Capital Mínimo Requerido - CMR	51.828	46.207
Ativos líquidos	18.329	11.999
Liquidez em relação CMR - Superior a 20%	35%	26%

21. Detalhamento de contas da demonstração do resultado:	31/12/2018	31/12/2017
a) Prêmios líquidos	303.449	293.572
Prêmios diretos	1.536	990
Cosseguros aceitos de congêneres	(17.458)	(23.924)
Prêmios cedidos em cosseguros	(1.284)	13.614
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	286.243	284.253

b) Prêmios ganhos (principais ramos de atuação):	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %
Ramos	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Riscos de engenharia	17.442	21.216	28,8%
Riscos diversos	8.318	7.516	30,2%
Responsabilidades	60.905	47.540	43,8%
Transportes	65.582	58.002	77,3%
Garantias	92.386	87.386	54,8%
Fiança locatícia	1.615	2.135	27,2%
Demais ramos	3.146	1.034	3,4%
Total	249.394	224.829	54,6%

c) Sinistros ocorridos:	31/12/2018	31/12/2017
Indenizações avisadas	(104.760)	(80.735)
Despesas com sinistros	(21.536)	(30.277)
Recuperação de sinistros	2.538	4.357
Salvados e ressarcimentos	852	8.899
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	867	1.834
Variação de sinistros ocorridos mas não oficialmente avisados	(14.076)	(24.582)
Total	(136.115)	(120.504)

d) Custos de aquisição:	31/12/2018	31/12/2017
Comissões de seguros	(67.945)	(65.484)
Recuperação de comissões	3.562	5.037
Outras despesas de comercialização	(12.101)	(12.052)
Variação das despesas de comercialização diferidas	8.359	14.121
Total	(68.125)	(58.378)

e) Outras receitas e despesas operacionais:	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.139)	(3.231)
Outros créditos operacionais	25	108
Outras despesas	(18)	(45)
Total	(1.132)	(3.168)

f) Resultado com resseguro:	31/12/2018	31/12/2017
Receita com resseguro	56.572	27.494
Indenização de sinistros	5.046	10.163
Despesas com sinistros	8.795	5.141
Variação da provisão sinistros ocorridos mas não avisados	70.413	42.798

Despesa com resseguro	(50.266)	(58.287)
Prêmios de resseguros	8.754	16.459
Variação da despesa de resseguro	(36)	(15)
Salvados	101	(1.774)
Ressarcimentos	(41.447)	(43.617)
Total	28.966	(819)

g) Despesas administrativas:	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(24.719)	(24.814)
Serviços de terceiro	(7.127)	(6.807)
Localização e funcionamento	(10.726)	(9.531)
Publicidade e propaganda	(744)	(706)
Publicações	(114)	(52)
Doativos e contribuições	(83)	(58)
Outras	(136)	(102)
Total	(43.649)	(42.070)

h) Despesas com tributos:	31/12/2018	31/12/2017
COFINS	(7.167)	(4.805)
PIS	(1.189)	(744)
Impostos municipais	(107)	(164)
Taxa de fiscalização	(1.616)	(1.260)
Outros	(42)	(76)
Total	(10.121)	(7.048)

i) Resultado financeiro:	31/12/2018	31/12/2017
Receita financeira	-	-
Receita com títulos de renda fixa privados	365	200
Receita com títulos de renda fixa públicos	22.581	20.790
Receita com operações de seguros	1.086	2.718
Outras receitas financeiras	417	105
Total	24.449	23.813

Despesa financeira	-	-
Despesa com operações de seguros	(3.579)	(3.474)
Outras despesas financeiras	(189)	(57)
Total	(3.768)	(3.531)
Total	20.681	20.282

22. Partes relacionadas: A Seguradora identificou como partes relacionadas as empresas do grupo Berkley Insurance Company. As principais transações são: i) Prêmios e comissões de resseguro; ii) Tarifas do sistema financeiro; e iii) Remuneração baseada em ações "Restricted Stock Units".

	Participação	31/12/2018	31/12/2017
	Ativo	Passivo	Receitas

Berkley International do Brasil Participações Ltda. Controlada	-	-	-
Berkley Insurance Company Coligada	(364)	(758)	1.118
Total	(364)	(758)	1.118

A remuneração global do pessoal-chave da Administração no exercício foi de R\$ 6.320 (R\$ 7.651 em 2017) que compreende substancialmente benefícios de curto prazo. Determinados funcionários da Berkley International do Brasil Seguros S.A. participam de um programa global de remuneração baseada em ações "Restricted Stock Units", patrocinado pela Matriz WRBC. Este Programa tem a finalidade de reter, motivar e recompensar determinados funcionários que apresentam alto desempenho individual e está vinculado à permanência do mesmo no quadro de funcionários da Seguradora, ao fim de três anos da data da outorga (período de "vesting"). Na data do "vesting" os participantes passam a ter posse de certa quantidade de unidades de ações da WRBC, de acordo com o plano de cada participante, mensuradas pelo valor de mercado dessas unidades de ação na data do "vesting". Este programa não gera nenhum tipo de custo para as operações da Berkley no Brasil.

23. Imposto de renda e contribuição social:	31/12/2018	31/12/2017
	IRPJ	CSLL

Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social	39.899	39.899
Participação sobre os lucros e resultados	(1.740)	(1.740)
Adições temporárias	(2.039)	(2.039)
Adições permanentes	695	695
Exclusões temporárias	(1.899)	(1.899)
Exclusões permanentes	-	-
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	38.994	38.994
Tributos correntes	(9.724)	(7.798)
Tributos diferidos	(40,95)	(380)
Total do imposto de renda e contribuição social	(10.179)	(8.178)
Taxa efetiva	26,2%	21,0%

24. Outros assuntos: a) **Participação nos lucros:** A Seguradora mantém um programa de participação nos lucros para 100% dos colaboradores, homologado junto ao sindicato dos securitários com representantes parte empresa e parte empregados. Em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora realizou constituição decorrente da participação nos resultados, o impacto no resultado decorrente da participação nos resultados da Seguradora totalizou R\$ 1.740 (R\$ 1.013 em 31 de dezembro de 2017).

25. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: As novas normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil:** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Inscrições opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras individuais de acordo com as IFRS. **CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9):** Dentre as normas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **IFRS 17 Contratos de Seguro:** Em 18 de maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, Contratos de Seguros substituindo a IFRS 4, Contratos de Seguro. A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais que iniciem em ou após 1º de janeiro de 2021 e quando referendada pela SUSEP. A IFRS 17 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros emitidos utilizando como mensuração o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento esperados, mais uma margem de risco não financeiro para refletir o valor que a Seguradora requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época destes fluxos de caixa. A abordagem de alocação de prêmio (the "premium allocation approach") estabelece uma abordagem semelhante à contabilidade atual para mensuração do passivo por cobertura remanescente (prêmios não ganhos) e a apropriação da receita de seguros. Esta abordagem é geralmente utilizada para apólices que fornecem cobertura para doze ou menos meses. Para as apólices que não forem mensuradas pela abordagem de alocação de prêmio, a IFRS 17 determina a mensuração por outras métricas que incluem o modelo geral de mensuração o qual estabelece que a mensuração por fluxos de caixa de cumprimento e uma margem de seguro que representa a parcela de lucro não ganho. A IFRS 17 determina que uma empresa reconheça lucros à medida que entrega cobertura de seguros. Essas novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas quando referendadas pela SUSEP.

Membros da Diretoria

José Marcelino Risdén	Leandro Garcia Okita	Miguel Gomes da Silva Neto	Alexandro Barbosa Sanxes
Atuário Responsável		Contador Responsável	
Marcos Falcão - Atuário - MIBA nº 893		Sergio Luiz Matias - CRC 1SP 215417/O-5	

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da **Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A.** São Paulo - SP
Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração: A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de

resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação



☆ **continuação**

dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Berkley International do Brasil Seguros S.A.. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Berkley International do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e

Parecer dos Atuários Independentes

do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos de Sinistros e Prêmios e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Seguradora um plano de ação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar,
Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904 - São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia

Atuariário MIBA 1131

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

Anexo I	
Berkley International do Brasil Seguros S.A.	
<i>(Em milhares de Reais)</i>	
1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2018
Total de provisões técnicas auditadas	<u>450.994</u>
Total de ativos de resseguro	<u>164.075</u>
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	<u>25.626</u>
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas (*)	31/12/2018
Provisões Técnicas auditadas (a)	450.994
Valores redutores auditados (b)	234.295
Total a ser coberto (a-b)	<u>216.699</u>
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2018
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	51.828
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	<u>51.828</u>
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2018
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	90.156
Exigência de Capital (CMR) (b)	51.828
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	<u>38.328</u>
Ativos Garantidores (d)	235.028
Total a ser Coberto (e)	216.699
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	<u>18.329</u>
Ativos Líquidos (g)	18.329
Capital de Risco (CR) (h)	51.828
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g/h)	<u>35%</u>
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2018
0167, 0171, 0310, 0313, 0351, 0378, 0621, 0622, 0632, 0652, 0654, 0655, 0739, 0740, 0745, 0746, 0747, 0750, 0775, 0776, 0982, 0993, 1130, 1162	<u>3.171</u>

Aos Acionistas e Diretores da Berkley International do Brasil Seguros S.A. - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Berkley International do Brasil Seguros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Berkley International do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP252419/O-0

Marfrig Global Foods S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 – NIRE 35.300.341.031

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2019

Data, Hora e Local: Em 27 de fevereiro de 2019, às 09h, na sede social da Marfrig Global Foods S.A. ("**Companhia**") localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5, Torre Sabiá, 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, CEP 05314-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação considerando a presença de todos os Conselheiros da Companhia, os Srs. Marcos Antonio Molina dos Santos - Presidente do Conselho de Administração, Alain Emilie Henry Martinet, Antonio dos Santos Maciel Neto, Carlos Geraldo Langoni, Ernesto Lozardo, Ian David Hill, Marcelo Maia de Azevedo Correa, Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, Roberto Faldini e Rodrigo Marçal Filho. Presentes os seguintes membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, os Srs. Axel Erhard Brod, Eduardo Augusto Rocha Pocetti e Carlos Roberto de Albuquerque Sá, na discussão das matérias de sua competência. Presente ainda o Sr. José Eduardo de Oliveira Miron - Diretor Presidente da Companhia. **Mesa: Presidente:** Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos; **Secretário:** Sr. Heraldo Geres. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **I)** o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; **II)** o Estudo Técnico da Viabilidade do Ativo Fiscal Diferido; e **III)** a Convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em abril de 2019. **Deliberações:** Após detidos exames e debates das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos dos presentes: **I)** Aprovar, sem ressalvas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas, do parecer da Grant Thornton Auditores Independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; **II)** Aprovar o estudo de viabilidade da recuperação do Ativo Fiscal Diferido, nos termos da Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, também examinado pelo Conselho Fiscal da Companhia; **III)** Convocar a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deve ser realizada até a data de 30 de abril de 2019. A Diretoria fica autorizada a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas: Mesa: Presidente:** Marcos Antonio Molina dos Santos; **Secretário:** Heraldo Geres. **Membros do Conselho de Administração:** Marcos Antonio Molina dos Santos - Presidente do Conselho de Administração, Alain Emilie Henry Martinet, Antonio dos Santos Maciel Neto, Carlos Geraldo Langoni, Ernesto Lozardo, Ian David Hill, Marcelo Maia de Azevedo Correa, Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, Roberto Faldini e Rodrigo Marçal Filho. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 27 de fevereiro de 2019. **Heraldo Geres** - Secretário.

Companhia Regional de Habitações De Interesse Social - CRHIS

CNPJ 51.097.236/0001-29

Extrato de Contrato - Concorrência Pública nº 02/2014

Objeto: Prorrogação do Contrato de Empresa especializada em Informática. **Contratante:** Companhia Regional de Habitações de Interesse Social - CRHIS **Contratada:** Meritius Sistemas e Serviços Ltda. **Valor Anual do Contrato:** R\$.130.800,00. **Prazo:** 23/01/2019 a 22/01/2020. Araçatuba, 23 de janeiro de 2019. **André de Oliveira Tomazini** - Diretor Presidente.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 28/02/2019 08:22:19.

Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A

[Ticket: 30044061] - www.imprensaoficial.com.br

General Shopping e Outlets do Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.764.621/0001-53 – NIRE 35.300.340.833

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de janeiro de 2019

1. Data, Hora e Local: Ao dia 17 do mês de janeiro de 2019, às 17h, na sede social da General Shopping e Outlets do Brasil S.A., localizada na Avenida Angélica, 2.466, 24º andar, conjunto 241, Consolação, CEP 01228-200, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença:** Convocação enviada aos membros do Conselho de Administração, em 10 de janeiro de 2019, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Alessandro Poli Veronezi, que convidou o Sr. Ricardo Castro da Silva para secretário-ia. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a ratificação do Contrato de Prestação de Fiança nº 100418120003600, celebrado entre a Companhia, o Itaú Unibanco S.A. e a Palo Administradora e Incorporadora Ltda, como afiançada. **5. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o que segue: **5.1.** Ratificar e aprovar a celebração do Contrato de Prestação de Fiança nº 100418120003600, entre a Companhia, o Itaú Unibanco S.A. e a Palo Administradora e Incorporadora Ltda, como afiançada, no valor de R\$ 17.476.175,90 (dezesete milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e noventa centavos), cuja cópia fica arquivada na sede da Companhia. **5.2.** Ratificar e aprovar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com relação ao documento mencionado no item 5.1 acima, bem como autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as demais providências necessárias para a implementação da deliberação constante do item 5.1 acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros fisicamente presentes. Mesa: Alessandro Poli Veronezi - Presidente; Ricardo Castro da Silva - Secretário. Conselheiros Fisicamente Presentes: Alessandro Poli Veronezi, Victor Poli Veronezi, Antonio Dias Neto, Edgard Antonio Pereira, Augusto Marques da Cruz Filho e Ricardo Castro da Silva. **Confere com o original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 17 de janeiro de 2019. Mesa: **Alessandro Poli Veronezi** - Presidente; **Ricardo Castro da Silva** - Secretário. JUCESP sob nº 58.558/19-6, em 30/01/2019. (a) Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada

CNPJ/MF nº 01.613.433/0001-85 - NIRE 35.214.366.293

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Cotistas a se reunirem em AGE em 08.03.2019 às 09h00min (1ª convocação) e as 09h30min (2ª convocação), na sede social, situada na Avenida Portugal, nº 545, 3º andar, sala 2, Jardim São Luiz, CEP 14020-380, no município de Ribeirão Preto/SP, para deliberação sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação do aumento do capital social e (ii) alteração do contrato social com a finalidade de: (ii1) alterar cláusula relativa ao capital social. Encontram-se a disposição dos Cotistas, na sede social, todos os documentos relativos a ordem do dia da AGE. Carla Ferreira Musa - Presidente do Conselho de Administração. (28/02, 01 e 02/03)

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

CNPJ: 12.973.906/0001-71

ERRATA

Nas Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 publicadas neste Diário em 27/02/2019 à página "131", Nota explicativa de número (18 - Patrimônio Líquido no item "e") substituímos o quadro anterior publicado pelo quadro a seguir:

	2018	2017
Patrimônio líquido	<u>83.745</u>	<u>32.166</u>
Ajustes contábeis:	(2.060)	(2.531)
Despesas antecipadas	(46)	(49)
Ativo intangível	(1.496)	(2.482)
Custo de aquisição diferidos não relacionados à PPNG (518)	-	-
Ajustes econômicos:	134	2
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	134	2
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	<u>81.819</u>	<u>29.637</u>
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.000	15.000
Capital-base (i)	15.000	15.000
Capital de risco (ii)	<u>10.442</u>	<u>4.563</u>
Capital risco de subscrição	5.021	3.889
Capital risco de crédito	6.001	799
Capital risco operacional	260	213
Capital risco de mercado	1.707	23
Redução por correlação dos riscos	<u>(2.547)</u>	<u>(361)</u>
Capital Mínimo Requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (i) e (ii)	<u>15.000</u>	<u>15.000</u>
Suficiência de capital (PLA - CMR)	<u>66.819</u>	<u>14.637</u>
Suficiência de capital (%)	<u>82%</u>	<u>49%</u>
Assim também como o Parecer dos Atuários Independentes, (Anexo I "Item 4") publicadas neste Diário em 27/02/2019 à página "132", substituímos o quadro anterior publicado pelo quadro a seguir:		
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2018	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	81.819	
Exigência de Capital (CMR) (b)	15.000	
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	<u>66.819</u>	
Ativos Garantidores (d)	29.219	
Total a ser Coberto (e)	22.871	
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	<u>6.348</u>	
Ativos Líquidos (g)	6.348	
Capital de Risco (CR) (h)	10.442	
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g/h)	<u>60,8%</u>	

Caledonia Saúde S.A.

CNPJ/MF 25.249.439/0001-83 - NIRE 35.300.493.419

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14/01/19

Aos 14/01/19, às 11 hs, na sede, com a totalidade do capital social. **Mesa:** Priscila Pereira Rodrigues - Presidente; João Marcos Bezerra - Secretário. **Deliberações:** 1. Aprovar a distribuição de dividendos intermediários à única acionista da Companhia à conta de lucros acumulados, no montante total de R\$600.000,00, conforme autorizado pelo artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações e também pelo artigo 20 do Estatuto Social da Companhia e verificados no balanço patrimonial da Companhia levantado em 31/12/17. 1.1. Referido lucro foi apurado com base no balanço patrimonial levantado em 31/12/17 aprovado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 31/10/18, cuja ata encontra-se arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 549.780/18-0, em sessão de 28/11/18. Nada mais. Campinas, 14/01/19. Jucesp nº 86.836/19-5 em 14/02/19.